



## Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º 2418

Afonso Arinos

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

DESPACHO: Comissões

em

de

de 19

### DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. deputado Plínio Barreto, em 27.7.50 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. relator, deputado Plínio Barreto, Gemença, em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. de plenário, em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. de plenário, em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. de plenário, em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. de plenário, em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. de plenário, em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. de plenário, em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. de plenário, em 19

O Presidente da Comissão de



# SINOPSE

Projeto N.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Emenda: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Autor: \_\_\_\_\_

Discussão única \_\_\_\_\_

Discussão inicial \_\_\_\_\_

Discussão final \_\_\_\_\_

Redação final \_\_\_\_\_

Remessa ao Senado \_\_\_\_\_

Emendas do Senado aprovadas em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Sancionado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Promulgado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Vetado em de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Publicado no "Diário Oficial" de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Lote: 26  
PL N.º 562/1950  
1  
Caixa: 247



Emendado em pauta

A IMPRIMIR

17/7/50  
X

PROJETO

Nº 562-1950

Inclue entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça ou de cor.

(Do Sr. Afonso Arinos)

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Diretoria dos Serviços Legislativos

JUL 25 1950

PROTOCOLO GERAL

Nº 2418

Art. 1º - Constitue contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

§ 1º - Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º - Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor:

Pena: - Prisão simples de tres meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros.

Art. 3º - Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, aonde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor.

Pena: - Prisão simples de quinze dias a tres meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 4º - Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor:

Pena: - Prisão simples de quinze dias a tres meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 5º - Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor:

Pena: - Prisão simples de tres meses a um ano ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

§ único - Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.



*Yves J. J. J.*  
2

Art. 6º - Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor:

Pena: - Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionario dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7º - Nos casos de reincidencia, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz estabelecer a pena adicional da suspensão do funcionamento, por praso não superior a tres meses.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Sala das Sessões, 17 de Julho de 1950

*Yves J. J. J.*



## JUSTIFICACAO

*Apresentação*

1 - Uma das manifestações mais chocantes de desrespeito aos direitos do homem e á dignidade da pessoa humana, que ainda se pode observar na época atual é, sem dúvida, o preconceito de raça ou de cõr.

2 - A tese da superioridade física e intelectual de uma raça sobre outras, cara a certos escritores do século passado, como Gobineau, encontra-se, hoje, definitivamente afastada, graças ás novas investigações e conclusões da Antropologia, da Sociologia e da Historia. Ninguém sustenta, atualmente, a sério, que a pretendida inferioridade dos negros seja devida a ougras razões que não ao seu "status" social, e que a influencia política, por vezes considerada nefasta, dos judeus, tenha outra causa senão o isolamento político e a perseguição racial que ha milénios atornentam esta velha nação.

3 - No Brasil, cientistas e escritores eminentes têm contribuído para o esclarecimento, em plano mundial, dos erros e injustiças decorrentes dos preconceitos de raça. Povo em grande parte mestiço, país de imigração, aonde, além do mais, ainda existem selvícolas, é natural que os estudos de Antropologia Cultural e de Sociologia Racial se tenham desenvolvido consideravelmente.

4 - Urge, porém, que o Poder Legislativo adote as medidas convenientes, para que as conclusões científicas tenham adequada aplicação na política do Governo. As disposições da Constituição Federal e os preceitos dos acordos internacionais de que participamos, referentes ao assunto, ficarão como simples declarações platônicas se a lei ordinaria não lhes vier dar força de regra obrigatoria de direito.

5 - Por mais que se proclame a inexistencia, entre nós, do preconceito de raça, a verdade é que ele existe, e com perigosa tendencia a se ampliar.

*(afirma que todos são iguais perante a lei, art. 141 § 1º)*  
A Constituição Federal veda a União, aos Estados e aos Municípios criar distinções entre brasileiros, (art. 31 nº 1); proíbe a propaganda de preconceitos de raça ou de cõr (art. 141 nº 5); e declara que os cargos públicos são acessiveis a todos os brasileiros, (art. 184).



*M. S. M.*  
2

No entanto é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros, que a Marinha e a Aeronautica criam injustificaveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos de oficiais e que outras restrições existem, em varios setores da administração.

6 - Quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de odiosa discriminação, vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proíbam a entrada de negros nos seus recintos.

7 - Urge pôr paradeiro a tal estado de coisas, cuja agravação contribuirá para que se estabeleça, entre nós, uma verdadeira luta de raças, terrível problema em que se debatem desde a Independencia os Estados Unidos da América, sem encontrar solução, apesar de todas as medidas tomadas a respeito, inclusive reformas da Constituição. Pode-se, mesmo, assegurar que a questão do negro nos Estados Unidos, graças á formidável influencia internacional deste país, passou a ser um grave problema mundial da democracia.

Estamos muito em tempo para corrigir, por meio de uma sábia política legislativa, os malefícios do preconceito de raça ou de cor que começa a tomar corpo entre nós, apesar das defesas constitucionais. Na verdade, não se considera, hoje, mais, a lei apenas como expressão de uma necessidade coetiva, ou, (segundo opinava a chamada Escola Histórica do Direito), como a fixação jurídica da evolução histórica de determinado povo. A lei é hoje, muitas vezes, um eficaz instrumento de antecipação e de orientação da evolução social, promovido pela razão moral e pelo imanente sentimento da Justiça. Nesses termos é que propomos a adoção do projeto: para que a lei dele decorrente sirva como instrumento de transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas altas esferas sociais e governativas do país, com seguras e graves consecuencias para a paz social futura.

9 - Não creio seja necessario estender-me demasiado nesta justificação. As rápidas considerações que precedem são suficientes.

O Brasil inscreveu no texto da sua maior lei a repulsa ao preconceito de raça. As Nações Unidas, de que fazemos parte, adotaram idêntica atitude tanto no artigo 16 da "Declaração Universal dos Direitos do



*Amos Minors*  
3

"Homem", aprovada pela Assembleia Geral daquele organismo na sessão de 10 de Dezembro de 1948, quanto em diversos artigos da sua Carta, nos quais se assegura a todos os homens o gozo dos direitos e liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.

Nada justifica, pois, que continuemos distarçadamente a fechar os olhos á prática de atos injustos de discriminação racial que a ciencia condena, a justiça repele, a Constituição proíbe, e que podem conduzir a monstruosidades como os "pogrooms" hitleristas ou a situações insolúveis como a da grande massa negra norte-americana.

Sala das Sessões, 17 de Julho de 1950

*Amos Minors*



Projeto

Em 16/11/50  
11/50

n.º 562/B-1950

Inclui entre as contravenções  
fereis a prática de atos  
resultantes de preconceitos  
de raça ou de cor; tendo  
parecer da Comissão de Constitui-  
ção e Justiça com substitui-  
ção ao projeto emendado em  
planta e novo parecer da re-  
ferida Comissão que opina  
pelo destaque da emenda de  
discussão, a fim de constituir  
projeto em separado.

PROJETO N.º 562 1950 A QUE SE  
REFERE O PARECER

Art. 1.º — Constitui contravenção penal punida nos termos desta lei a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

§ 1.º — Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2.º — Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor;

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros.

Art. 3.º — Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes abertos ao público, aonde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 4.º — Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor;

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 5.º — Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único — Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, de que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º — Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7.º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz estabelecer a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950 — Afonso Arinos. — Café Fi-



CAS

- 2 -

Iho. — Gabriel Passos. — Ruy Almeida. — Negreiros Falcão. — Antônio Silva. — Gu Soares. — Carvalho Neto. — Bias Fortes. — Mota Neto. — Raul Pila. — Flores da Cunha. — José Bonifácio. — Gilberto Freyre. — Gustavo Capanema.

#### Justificação

1 — Uma das manifestações mais chocantes de desrespeito aos direitos do homem e à dignidade da pessoa humana, que ainda se pode observar na época atual, é, sem dúvida o preconceito de raça ou de cor.

2 — A tese da superioridade física e intelectual de uma raça sobre outras, cara a certos escritores do século passado, como Gobineau, encontra-se hoje, definitivamente afastada, graças às novas investigações e conclusões da Antropologia, da Sociologia e da História. Ninguém sustenta, atualmente, a sério, que a pretendida inferioridade dos negros seja devida a outras razões que não ao seu "status" social, e que a influência política, por vezes considerada nefasta, dos judeus, tenha outra causa senão o isolamento a sério, que a pretendida inferioridade dos negros devida a outras razões que não ao seu "status" social, e que a influência política por vezes considerada nefasta, dos judeus, tenha outra causa senão o isolamento político e a perseguição racial que há milênios atormentam esta velha nação.

3 — No Brasil, cientistas e escritores eminentes têm contribuído para o esclarecimento, em plano mundial, dos erros e injustiças decorrentes dos preconceitos de raça. Povo em grande parte mestiço, país de imigração, onde, além do mais, ainda existem selvagens, é natural que os estudos de Antropologia Cultural e de Sociologia Racial se tenha desenvolvido consideravelmente.

4 — Urge, porém, que o Poder Legislativo adote as medidas convenientes, para que as conclusões científicas tenham adequada aplicação na política do Governo. As disposições da Constituição Federal e os preceitos dos acordos internacionais de que participamos, referentes ao assunto, ficarão como simples declarações platônicas se a lei ordinária não lhe vier dar forças de regra obrigatória de direito.

5 — Por mais que se proclame a inexistência, entre nós, do preconceito de raça, a verdade é que ele existe,

e com perigosa tendência a se ampliar.

A Constituição Federal, afirma que todos são iguais perante a lei (artigo 141 § 1.º); veda a União, aos Estados e aos Municípios criar distinções entre brasileiros, (art. 31 n.º 7); proíbe a propaganda de preconceitos de raça ou de cor (art. 141 n.º 5); e declara que os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, (artigo 184).

No entanto é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros; que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos de oficiais e que outras restrições existem, em vários setores da administração.

6 — Quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de odiosa discriminação, vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proibam a entrada de negros nos seus recintos.

7 — Urge pôr paradeiro a tal estado de coisas, cuja agravação contribuirá para que se estabeleça, entre nós, uma verdadeira luta de raças, terrível problema em que se debatem desde a antiguidade os Estados Unidos da América, sem encontrar solução, apesar de todas as medidas tomadas a respeito, inclusive reformas da Constituição. Pode-se, mesmo, assegurar que a questão do negro nos Estados Unidos, graças à formidável influência internacional deste país, passou a ser um grave problema mundial da democracia.

8 — Estamos muito em tempo para corrigir, por meio de uma sábia política legislativa, os malefícios do preconceito de raça ou de cor que começa a tomar corpo entre nós, apesar das defesas constitucionais. Na verdade, não se considera, hoje, mais a lei apenas como expressão de uma necessidade coletiva, ou, (segundo opinava a chamada Escola Histórica do Direito), como a fixação jurídica da evolução histórica de determinado povo. A lei é hoje, muitas vezes, um eficaz instrumento de antecipação e de orientação da evolução social, promovido pela razão moral e pelo imaneente sentimento da justiça. Nesses termos é que propomos a adoção do projeto: para que a lei dele decorrente sirva como instrumento de transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas



altas esferas sociais e governativas de país, com seguras e graves consequências para a paz social futura.

9 — Não creio seja necessário entender-me demasiado nesta justificação. As rápidas considerações que precedem são suficientes.

O Brasil inscreveu no texto da sua maior lei a repulsa ao preconceito de raça. As Nações Unidas, de que fazemos parte, adotaram idêntica atitude tanto no artigo 16 da "Declaração Universal dos Direitos do Homem", aprovada pela Assembléia Geral daquele organismo na sessão de 10 de dezembro de 1948, quanto em diversos artigos da sua Carta, nos quais se assegura a todos os homens o gozo dos direitos e liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.

Nada justifica, pois, que continuemos disfarçadamente a fechar os olhos à prática de atos injustos de discriminação racial que a ciência condena, a justiça rejeita, a Constituição proíbe, e que podem conduzir a monstruosidade como os "pogrooms" hitleristas ou a situações insólitas como a da grande massa negra norte-americana.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950. — Afonso Arinos. — Ruy Almeida.

#### EMENDA DE PAUTA A QUE SE REFERE O PARECER

Acrescente-se, imediatamente antes do art. 7.º:

Art. — "Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada por preconceito de raça ou de cor:

**Pena** — Prisão simples de três meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público".

S. S., 20 de julho de 1950. — Afonso Arinos.

#### Justificação

Trata-se de completar o sistema do projeto que tive oportunidade de apresentar sobre a matéria. A emenda preenche uma lacuna de que só me apercebi posteriormente.

### Parecer da Comissão de Constituição e Justiça

#### RELATÓRIO

A legislação brasileira não admite desigualdade entre os habitantes do país por motivos de raça ou de cor. Pretos ou brancos, todos possuem direitos idênticos aos cargos públicos. Aos postos de representação ou aos postos de governo é possível ter acesso qualquer brasileiro de cor. Entretanto, na realidade, existem ainda em certas camadas sociais, preconceitos contra os negros e, mesmo contra os mulatos. Se está franqueado a todos o acesso às funções públicas nem a todos se acha franqueado o acesso a certos círculos sociais. O negro ainda e para muita gente, um ser inferior, indigno de se acotovelar com o branco e de lhe disputar na sociedade, a consideração de seus semelhantes.

Como combater esse preconceito se ele é contrário às leis do país, não se afina com os sentimentos cristãos da maioria do povo e não se ajusta à cultura de uma nação civilizada? Porque desdenhar o preto e o mulato só por causa da cor quando o índio, também, não é branco e povos há, como os japoneses, os chineses e outros, que não se distinguem pela alvura da pele e no entanto, são bem recebidos pelos brasileiros que se supõem de uma brancura imaculada? É uma injustiça cruel. Porque se nega ao preto o que se não recusa ao índio quando a cultura daquele é superior à deste? Porque se exalta o indígena e se despreza o africano quando maiores são neste as riquezas do coração. Se cultural e sentimentalmente o preto está colocado acima do índio porque nos havemos de comprazer com a convivência deste e nos orgulhar da sua ascendência em quanto vitamos as costas ao preto e consideramos uma injúria nos suporem, nas veias, algumas gotas do seu sangue?

O preto, o índio e o português concorreram para a formação do nosso povo. Queiramos ou não, temos que os considerar a todos nossos antepassados. Raros os que descendemos diretamente, sem mescla de outros sangue, da forte raça luzitana. Os que não têm globulos de sangue índio, quasi sempre se tem o sangue africano. A herança africana é das que não podem ser recebidas a benefício de inventário. Temos que aceitá-la com os seus ônus e com as suas vantagens, integralmente, sem possibilidade de renunciar a qualquer das suas

*Handwritten signature*



CAF

parcelas. Biológica e historicamente o negro é parte essencial do nosso povo. Seja um bem, seja um mal, seja uma coisa que nos orgulhe ou seja uma coisa que nos deprima, e essa a realidade. Os preconceitos contra o negro não se exprimam, portanto, por qualquer superioridade da parte dos brancos. Antes denotam inferioridade.

Mais lozavel seria o nosso procedimento si aceitamos a realidade como eia e, cogitassemos de elevar o nivel moral e intelectual do preto para que ele pudesse mover-se desembaraçadamente no mesmo plano social em que nos movemos. O motivo primordial do desprezo que lhe votamos, venha da escravidão ou venha de outra origem, não depõe a favor nem da nossa intelligencia, nem da nossa formação moral. A escravidão desapareceu há mais de sessenta anos e dela não são culpados os pretos. Leia, nos os brancos e que nos temos de envergonhar, e não os pretos. Não foram estes que partiram das terras longinhas da Africa para virem entregar-se aos ferros dos senhores. Foram os brancos que se dirigiram ás regiões africanas para, mediante os processos mais condenaveis se apropriar do preto e treze-lo a força, no porão sem ar de navios infectos, ás praias americanas a fim de lhe explorar em trabalhos extenuantes as esplêndidas energias. Desprezar o negro pelo mal que lhe fizemos é uma dessas atrocidades revoltantes de que, aliás, está cheia a historia da humanidade, que é a mais deshumada das histórias.

Não nos devemos esquecer de que a nossa crueldade nunca chegou a contaminar os pretos, o que fala em favor deles e em detrimento nosso. A escravidão correu sem grandes levantamentos por parte dos escravizados e, quando aboinda, não se soube de vingancas terribes praticadas pelas suas victimas contra os que as fizeram padecer a doce afetividade da raça, que se traduziu em multiphas dedicações dos pobres escravos aos senhores poderosos não lhes permitia que tirassem qualquer desforra do que sofram fazendo tambem sofrer os que os maltrataram. Tudo isso devia pesar no animo dos brasileiros em ancias d aivura epidérmica para leva-los a dispensar ao preto um pouco de carinho. Si entre os pretos muitos há verdadeiramente coçais, capazes dos crimes mais horripilantes, o mesmo acontece entre os brancos. Uns e outros, portadores das mesmas taras,

mostram-se igualmente, indignos da condição humana.

Si o preto ainda ocupa lugar inferior na escala social e, principalmente, porque ainda não pôde receber, nas escolas, a educação a que tem direito. Os que tiveram meios de cultivar o espirito e destacar-se em todos os ramos de actividade intelectual, desde as mais artisticas ate as mais praticas, esses nada ficaram a deve aos brancos. As cintilações da sua intelligencia tem sido tão vivas como as cintilações da intelligencia dos brancos. Mesmo as falhas de carácter, que se apontam como uma das constantes dos mestiços, não os coloca em plano diverso dos brancos, pois que entre estes aquellas falhas são tambem frequentes. A mestiçagem moral é, talvez, maior no Brasil, do que a mestiçagem. Titulos não possui o nosso homem branco para se apresentar como o tipo do homem puro. O orgulho racial é uma das suas ridicularas mais tenazes e mais divertidas. Só se explica pela ignorancia. Não o ostenta quem conhece a historia do Brasil e traz na memoria o nome dos mestiços que, desde o Imperio até os nossos dias, se distinguiram pelas qualidades morais pelo valor intelectual.

Tudo isto, porem, não determinara a aboção do preconceito contra o preto. Esse preconceito só desaparecerá quando se apagarem as reminiscências da escravidão, a massa dos homens de cor adquirir a instrução de que, presentemente, carece e o branco tiver aberto, no espirito, amplas janelas que o arejem e, através das quais, penetrem, em frtes lufadas, as doutrinas sociais inspiradas pela igualdade dos homens e alimentadas pelo sentimento cristão. Enquanto o branco mantiver a supremacia económica, que elle veio dos antigos senhores de escravos, e os pretos continuarem, pela escassez de recursos, a constituir as classes mais pobres, os preconceitos persistirão. Não haverá leis que os destruam. Nunca houve lei alguma que pudesse desarraigar sentimentos profundos e trocar a mentalidade de um povo. Mas isso não impede que, por meio de leis adequadas, se eliminem algumas das manifestações publicas desse preconceito. Foi por assim entender que o Sr. Deputado Afonso Arinos apresentou o projecto n.º 652, de 1950 criando casos novos de contravenção penal e punindo certos atos que denunciavam aquelle preconceito de forma anti-juridica e

Caixa: 247

Lote: 26

PL N.º 562/1950

8



anti-social. Esses atos são a recusa, por preconceitos de raça e de cor:

a) de hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade;

b) de venda de mercadorias em loja de qualquer gênero ou a de atender a clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas;

c) de entrada em estabelecimento público de diversão ou esportes bem como em salões de barbearia ou cabelereiros;

d) de inscrição de aluno em estabelecimento de ensino em qualquer curso ou grau;

e) de acesso de alguém a qualquer carreira de funcionalismo público ou o serviço em qualquer ramo das forças armadas;

f) de emprego ou trabalho em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviços públicos ou empresa privada.

O projeto estabelece uma nova classe de contravenções. Estas podem ser criadas livremente pelo legislador sempre que as necessidades sociais ou políticas o exigirem. Na lei atual as contravenções em espécie são as que expressamente se referem à pessoa; ao patrimônio; à incolumidade pública; à paz pública; à fé pública; à organização do trabalho; à polícia de costumes e à administração pública. Em nenhuma dessas espécies poderão ser enquadradas as que o projeto define. Poder-se-ia, talvez, com algum esforço, colocá-las na contravenção que consiste em molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável (art. 65 do Decreto-lei número 3.688, de 3 de outubro de 1941). Mas seria forçar o texto da lei ampliá-lo em tais proporções. O mais certo é colocá-las em capítulo especial que poderia ter o seguinte título — "Das contravenções referentes aos preconceitos de raça ou de cor".

Isto, porém, é apenas, uma questão de forma. Quanto ao fundo é certo que não só as que o projeto descrimina como quaisquer outras poderiam ser criadas pelo legislador.

Mas as que ora se vão criar não determinarão interferência indebita na vida particular do cidadão e não representarão entrave inconstitucional à liberdade de comércio?

Não. A liberdade de comércio e as relações particulares dos cidadãos não se podem exercitar em conflito com preceitos constitucionais. Tem que ser harmonizadas com os vários dispositivos da Constituição. Ora, si esta condena tudo quanto alimente preconceitos de raça ou de classe, está claro que nenhuma liberdade poderá ser exercida quando entre em choque com esse preceito. Não será permitida atividade alguma que se baseie em preconceito de raça ou de classe ou que fomente esse preconceito.

Parece-me, portanto, constitucional o novo capítulo de contravenções que o projeto estabelece. É princípio constitucional que a especificação dos direitos e garantias expressas na Carta Constitucional não exclua outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

Reconhecida a constitucionalidade do projeto temos que reconhecer, também, pelos motivos atrás expostos, a sua conveniência e oportunidade. Muito embora, em geral, as leis é que se devem amoldar aos fatos, pôde acontecer que se verifique o contrário. Si os fatos andam diante da lei ultrapassando-lhe a órbita, ocasião haverá em que a lei se deva colocar adiante dos fatos por conveniência ou utilidade social. É o que acontece em relação a este projeto. Em vez de uma revolta dos fatos contra a lei, estamos diante de uma revolta da lei contra os fatos.

Proponho, pois, ao exame desta comissão o seguinte substitutivo em que se acrescenta ao projeto emenda apresentada pelo próprio Sr. Deputado Afonso Arinos:

#### SUBSTITUTIVO

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1.º — Constitue contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar servir, atender ou receber cliente comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo 1.º — Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Artigo 2.º — Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão estabelecimento da mesma finalidade por preconceito de raça ou de cor;



Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros.

Artigo 3 — Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, aonde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Artigo 4 — Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabelereiros por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Artigo 5 — Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único — Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Artigo 6.º — Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Artigo 7 — Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros, no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no cargo de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Artigo 8 — Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimento de particulares, poderá o juiz estabelecer a pena adicional da suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Artigo 9 — Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Afranio Franco, 16 de agosto de 1950. — *Gustavo Capanema*, Presidente. — *Plínio Barreto*, Relator. — *Souza Leão*. — *Hermes Lima*. — *Carvalho Neto*. — *Gil Soares*. — *Pinheiro Machado*. — *Wellington Brandão*. — *Lameira Bittencourt*. — *Flores da Cunha*. — *Aristides Lurgura*. — *Afonso Arinos*. — *Carlos Valdemar*.



Envia-se este documento a que se  
 refere o 2º paragrafo da Comissão  
 de Constituição e Justiça.

*Alameda do*  
**Câmara dos Deputados**  
 25-8-52

~~Envia-se a lei nº 562 A. de 1950~~

Inclua-se no Eto a matéria a respeito  
 de "brancos negros" ou de quaisquer  
 variedades de abrigação em fins políticos  
 baseada na cor.

folha de termos, data de agosto 2/1952

*Alameda do*  
**Câmara dos**  
 Deputados







C 24

Ao projeto nº 562 de 1950, do ilustre deputado Snr. Aronso Arinos, que incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr, o nobre deputado Snr. Hermes Lima apresentou emenda ordenando que se incluísse no texto do referido projeto a proibição de formações de "frentes negras" ou de quaisquer modalidades de associações com fins políticos baseadas na côr. Louvável a idéia do eminente deputado não se me afigura, entretanto, que ela possa ser aproveitada no projeto em debate. Esse projeto visa proteger as pessoas de côr contra preconceitos raciais. A emenda do Snr. Hermes Lima pretende impedir a formação de associações com fins políticos baseadas na côr. Tenho para mim que a figura jurídica esboçada por Sua Excia. se enquadraria melhor não no instituto das contravenções mas no Código Penal constituindo por exemplo um artigo do título IX - Dos crimes contra a paz pública. Proponho por isso a aprovação da Comissão o seguinte

PARECER

A emenda do Snr. Deputado Hermes Lima não é inconstitucional. É legal e jurídica. Entende, porém, que deve constituir matéria de projeto em separado que estabeleça nova modalidade de crime contra a paz pública.

10 novembro  
Sala Afranio Melo Franco, 24 de outubro de 1950

Hotes da Cunha  
Adroaldo Costa  
Herófilo  
Carlos Valdemar  
Pacheco de Oliveira

Hotes da Cunha  
Adroaldo Costa

Herófilo Pacheco

Carlos Valdemar  
Pacheco de Oliveira

Plínio Barreto, Presidente  
ad-hoc e Relator  
Plínio Barreto  
e Relator

Castelo Branco

Plínio Barreto - Relator

Castelo Branco  
Pacheco de Oliveira

Pacheco de Oliveira

Plínio Barreto

Eduardo

Castelo Branco  
Caio de Godoi

Souza

Quivier  
Eduardo Quivier



RELATÓRIO E PARECER

Ao projeto nº 562 de 1950, do ilustre deputado Snr. Afonso Arinos, que incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor, o nobre deputado Snr. Hermes Lima apresentou emenda ordenando que se incluísse no texto do referido projeto a proibição de formações de "frentes negras" ou de quaisquer modalidades de associações com fins políticos baseadas na cor. Louvável a idéia do eminente deputado não se me afigura, entretanto, que ela possa ser aproveitada no projeto em debate. Esse projeto visa proteger as pessoas de cor contra preconceitos raciais. A emenda do Snr. Hermes Lima pretende impedir a formação de associações com fins políticos baseadas na cor. Tenho para mim que a figura jurídica esboçada por Sua Excia. se enquadraria melhor não no instituto das contravenções mas no Código Penal constituindo por exemplo um artigo do título IX - Dos crimes contra a paz pública. Proponho por isso a aprovação da Comissão o seguinte

P A R E C E R

A emenda do Snr. Deputado Hermes Lima não é inconstitucional. É legal e jurídica. Entende, porém, que deve constituir matéria de projeto em separado que estabeleça nova modalidade de crime contra a paz pública.

Sala Afranio Melo Franco, 24 de outubro de 1950

Plinio Barreto - Relator



RELATÓRIO E PARECER

Ao projeto nº 562 de 1950, do ilustre deputado Snr. Afonso Arinos, que incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor, o nobre deputado Snr. Hermes Lima apresentou emenda ordenando que se incluisse no texto do referido projeto a proibição de formações de "frentes negras" ou de quaisquer modalidades de associações com fins políticos baseadas na cor. Louvável a idéia do eminente deputado não se me afigura, entretanto, que ela possa ser aproveitada no projeto em debate. Esse projeto visa proteger as pessoas de cor contra preconceitos raciais. A emenda do Snr. Hermes Lima pretende impedir a formação de associações com fins políticos baseadas na cor. Tenho para mim que a figura jurídica esboçada por Sua Excia. se enquadraria melhor não no instituto das contravenções mas no Código Penal constituindo por exemplo um artigo do título IX - Dos crimes contra a paz pública. Proponho por isso a aprovação da Comissão o seguinte

PARECER

A emenda do Snr. Deputado Hermes Lima não é inconstitucional. É legal e jurídica. Entende, porém, que deve constituir matéria de projeto em separado que estabeleça nova modalidade de crime contra a paz pública.

Sala Afrânio Melo Franco, 24 de outubro de 1950

Plínio Barreto - Relator



*Val, em 10, a Comissão de Constituição e Justiça  
apresenta substitutivo ao projeto de lei*

*Tratado de 1914*

*2.5.8.50*

*Marinho*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO

N.º 562-A — 1950

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça com substitutivo emendado em pauta.

#### PROJETO N.º 562-1950 A QUE SE REFERE O PARECER

Art. 1.º — Constitui contravenção penal punida nos termos desta lei a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

§ 1.º — Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2.º — Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor;

Penal — Prisão simples de três meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros.

Art. 3.º — Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes abertos ao público, ainda se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas por preconceito de raça ou de cor.

Penal — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 4.º — Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor;

Penal — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 5.º — Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor.

Penal — Prisão simples de três meses a um ano ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º — Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionário público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor.

Penal — Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular para o funcionário, e a repartição de que dependa a inscrição no concurso de ingresso dos candidatos.

Art. 7.º Nos casos de reincidência, nos estabelecimentos particulares, poderá o juiz estabelecer a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a seis meses.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950 — Afonso Arinos. — Café Fi-



lho. — Gabriel Passos. — Ruy Almeida. — Negreiros Falcão. — Antônio Silva. — Gu Soares. — Carvalho Neto. — Bias Fortes. — Mota Neto. — Raul Pila. — Flores da Cunha. — José Bonifácio. — Gilberto Freyre. — Gustavo Capanema.

#### Justificação

1 — Uma das manifestações mais chocantes de desrespeito aos direitos do homem e à dignidade da pessoa humana, que ainda se pode observar na época atual, é, sem dúvida o preconceito de raça ou de cor.

2 — A tese da superioridade física e intelectual de uma raça sobre outras, cara a certos escritores do século passado, como Gobineau, encontra-se hoje, definitivamente afastada, graças às novas investigações e conclusões da Antropologia, da Sociologia e da História. Ninguém sustenta, atualmente, a sério, que a pretendida inferioridade dos negros seja devida a outras razões que não ao seu "status" social, e que a influência política, por vezes considerada nefasta, dos judeus, tenha outra causa senão o isolamento a sério, que a pretendida inferioridade dos negros devida a outras razões que não ao seu "status" social, e que a influência política por vezes considerada nefasta, dos judeus, tenha outra causa senão o isolamento político e a perseguição racial que há milênios atormentam esta velha nação.

3 — No Brasil, cientistas e escritores eminentes têm contribuído para o esclarecimento, em plano mundial, dos erros e injustiças decorrentes dos preconceitos de raça. Povo em grande parte mestiço, país de imigração, aonde, além do mais, ainda existem selvícolas, é natural que os estudos de Antropologia Cultural e de Sociologia Racial se tenha desenvolvido consideravelmente.

4 — Urge, porém, que o Poder Legislativo adote as medidas convenientes, para que as conclusões científicas tenham adequada aplicação na política do Governo. As disposições da Constituição Federal e os preceitos dos acordos internacionais de que participamos, referentes ao assunto, ficarão como simples declarações platônicas se a lei ordinária não lhe vier dar forças de regra obrigatória de direito.

5 — Por mais que se proclame a inexistência, entre nós, do preconceito de raça, a verdade é que ele existe,

e com perigosa tendência a se ampliar.

A Constituição Federal, afirma que todos são iguais perante a lei (artigo 141 § 1.º); veda a União, aos Estados e aos Municípios criar distinções entre brasileiros, (art. 31 n.º 7); proíbe a propaganda de preconceitos de raça ou de cor (art. 141 n.º 5); e declara que os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, (artigo 134).

No entanto é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros; que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos de oficiais e que outras restrições existem, em vários setores da administração.

6 — Quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de odiosa discriminação, vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proibam a entrada de negros nos seus recintos.

7 — Urge pôr paradeiro a tal estado de coisas, cuja agravação contraria para que se estabeleça, entre nós, uma verdadeira luta de raças, terrível problema em que se debatem desde os tempos antigos os Estados Unidos da América, sem encontrar solução, apesar de todas as medidas tomadas a respeito, inclusive reformas da Constituição. Pode-se, mesmo, assegurar que a questão do negro nos Estados Unidos, graças à formidável influência internacional deste país, passa a ser um grave problema mundial de democracia.

8 — Estamos muito em tempo para corrigir, por meio de uma sábia política legislativa, os malefícios do preconceito de raça ou de cor que começa a tomar corpo entre nós, apesar das defesas constitucionais. Na verdade, não se considera, hoje, mais a lei apenas como expressão de uma necessidade coletiva, ou, (segundo opinava a chamada Escola Histórica do Direito), como a fixação jurídica da evolução histórica de determinado povo. A lei é hoje, muitas vezes, um eficaz instrumento de antecipação e de orientação da evolução social, promovido pela razão moral e pelo imaneente sentimento da justiça. Nesses termos é que propomos a adoção do projeto: para que a lei dê decorrente sirva como instrumento de transformação da mentalidade racista que se denuncia entre nós, principalmente nas



altas esferas sociais e governativas de país, com seguras e graves consequências para a paz social futura.

9 — Não creio seja necessário entender-me demasiado nesta justificação. As rápidas considerações que precedem são suficientes.

O Brasil inscreveu no texto da sua maior lei a repulsa ao preconceito de raça. As Nações Unidas, de que fazemos parte, adotaram idêntica atitude tanto no artigo 16 da "Declaração Universal dos Direitos do Homem", aprovada pela Assembléia Geral daquele organismo na sessão de 10 de dezembro de 1948, quanto em diversos artigos da sua Carta, nos quais se assegura a todos os homens o gozo dos direitos e liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.

Nada justifica, pois, que continuemos disfarçadamente a fechar os olhos à prática de atos injustos de discriminação racial que a ciência condena, a justiça rejeita, a Constituição proíbe, e que podem conduzir a monstruosidade como os "pogrooms" hitleristas ou a situações insolúveis como a da grande massa negra norte-americana.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950. — Afonso Arinos. — Ruy Almeida.

#### EMENDA DE PAUTA A QUE SE REFERE O PARECER

Acrescente-se, imediatamente antes do art. 7.º:

Art. — "Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada por preconceito de raça ou de cor:

*Pena* — Prisão simples de três meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

S. S., 20 de julho de 1950. — Afonso Arinos.

#### Justificação

Trata-se de completar o sistema do projeto que teve oportunidade de apresentar sobre a matéria. A emenda preenche uma lacuna de que só me apercebi posteriormente.

### Parecer da Comissão de Constituição e Justiça

#### RELATÓRIO

A legislação brasileira não admite desigualdade entre os habitantes do país, por motivos de raça ou de cor. Pretos ou brancos, todos possuem direitos idênticos aos cargos públicos. Aos postos de representação ou aos postos de governo é possível ter acesso qualquer brasileiro de cor. Entretanto, na realidade, existem ainda em certas camadas sociais, preconceitos contra os negros e, mesmo contra os mulatos. Se está franqueado a todos o acesso às funções públicas nem a todos se acha franqueado o acesso a certos círculos sociais. O negro ainda e para muita gente, um ser inferior, indigno de se acotovelar com o branco e de lhe disputar, na sociedade, a consideração de seus semelhantes.

Como combater esse preconceito se ele é contrário às leis do país, não se afina com os sentimentos cristãos da maioria do povo e não se ajusta à cultura de uma nação civilizada? Porque desdenhar o preto e o mulato só por causa da cor quando o índio, também, não é branco e povos há, como os japoneses, os chineses e outros, que não se distinguem pela alvura da pele e no entanto, são bem recebidos pelos brasileiros que se supõem de uma brancura imaculada? É uma injustiça cruel, porque se nega ao preto o que se não recusa ao índio quando a cultura daquele é superior à deste? Porque se exalta o indígena e se despreza o africano quando maiores são neste as riquezas do coração. Se cultural e sentimentalmente o preto está colocado acima do índio porque nos havemos de comprazer com a convivência deste e nos orgulhar da sua ascendência em quanto voltamos as costas ao preto e consideramos uma injúria nos suporem, nas veias, algumas gotas do seu sangue?

O preto o índio e o português concorreram para a formação do nosso povo. Queiramos ou não, temos que os considerar a todos nossos antepassados. Raros os que descendemos diretamente, sem mescla de outros sangue da forte raça lusitana. Os que não têm globulos de sangue índio, quasi sempre se tem o sangue africano. A herança africana é das que não podem ser recebidas a benefício de inventário. Temos que aceitá-la com os seus ônus e com as suas vantagens, integralmente, sem possibilidade de renunciar a qualquer das suas



parcelas. Biológica e historicamente o negro é parte essencial do nosso povo. Seja um bem, seja um mal, seja uma coisa que nos orgulhe ou seja uma coisa que nos deprima, e essa a realidade. Os preconceitos contra o negro não se exprimam, portanto, por qualquer superioridade da parte dos brancos. Antes denotam inferioridade.

Mais lozavel seria o nosso procedimento si aceitamos a realidade como ela é, cogitássemos de elevar o nível moral e intelectual do preto para que ele pudesse mover-se desembaraçadamente no mesmo plano social em que nos movemos. O motivo primordial do desprezo que lhe votamos, venha da escravidão ou venha de outra origem, não depõe a favor nem da nossa inteligência, nem da nossa formação moral. A escravidão desapareceu há mais de sessenta anos e dela não são culpados os pretos. Lela, nós os brancos e que não temos de envergonhar, e não os pretos. Não foram estes que partiram das terras longínquas da África para virem entregar-se aos ferros dos senhores. Foram os brancos que se dirigiram às regiões africanas para, mediante os processos mais condenáveis, se apropriar do preto e treze-lo a força, no porão sem ar de navios infectos, às praias americanas a fim de lhe explorar em trabalhos extenuantes as esplêndidas energias. Desprezar o negro pelo mal que lhe fizemos é uma dessas atrocidades revoltantes de que a história da humanidade, que é a mais deshumana das histórias.

Não nos devemos esquecer de que a nossa crueldade nunca chegou a contaminar os pretos, o que fala em favor deles e em detrimento nosso. A escravidão correu sem grandes levantes, por parte dos escravizados e, quando aboinda, não se soube de vinganças terríveis praticadas pelas suas vítimas contra os que as fizeram padecer a doce afetividade da raça, que se traduziu em multiplicas dedicações dos pobres escravos aos senhores poderosos não lhes permitiu que tirassem qualquer destorça do que sofreram fazendo também sofrer os que os maltrataram. Tudo isso devia pesar no animo dos brasileiros em ancias d' alvura epidermica para leva-los a dispensar ao preto um pouco de carinho. Si entre os pretos muitos há verdadeiramente boçais, capazes dos crimes mais horripilantes, o mesmo acontece entre os brancos. Uns e outros, portadores das mesmas taras,

mostram-se igualmente indignos da condição humana.

Si o preto ainda ocupa lugar inferior na escala social e, principalmente, porque ainda não pode receber, nas escolas, a educação a que tem direito. Os que tiveram meios de cultivar o espirito e destacar-se em todos os ramos de actividade intelectual, desde as mais artisticas ate as mais praticas, esses nada ficaram a deve aos brancos. As cintilações da sua intelligencia tem sido tão vivas como as cintilações da intelligencia dos brancos. Mesmo as falhas de carácter, que se apontam como uma das constantes dos mestiços, não os coloca em plano diverso dos brancos, pois que entre estes aquelas falhas são também frequentes. A mestiçagem moral é, talvez, maior no Brasil, do que a mestiçagem. Titulos não possui o nosso homem branco para se apresentar como o tipo do homem puro. O orgulho racial é uma das suas ridicularas mais tenazes e mais divertidas. Só se explica pela ignorância. Não o ostenta quem conhece a historia do Brasil e traz na memoria o nome dos mestiços que, desde o imperio até os nossos dias, se distinguiram pelas qualidades morais pelo valor intelectual.

Tudo isto, porém, não determinara a aboção do preconceito contra o preto. Esse preconceito se desaparecerá quando se apagarem as reminiscências da escravidão, a massa dos homens de cor adquirir a instrução de que, presentemente, carece e o branco tiver aberto, no espirito, amplas janelas que o arejem e, através das quais, penetrem, em irtes luvadas, as doutrinas sociais inspiradas pela igualdade dos homens e alimentadas pelo sentimento cristão. Enquanto o branco mantiver a supremacia económica, qu'elle zelo dos antigos senhores de escravos, e os pretos continuarem, pela escassez de recursos, a constituir as classes mais pobres, os preconceitos persistirão. Não haverá leis que os destruam. Nunca houve lei alguma que pudesse desarraigat sentimentos profundos e trocar a mentalidade de um povo. Mas isso não impede que, por meio de leis adequadas, se eliminem algumas das manifestações publicas desse preconceito. Foi por assim entender que o Sr. Deputado Afonso Arinos apresentou o projecto n.º 652, de 1950 criando casos novos de contravenção penal, e punindo certos atos que denunciavam aquelle preconceito de forma anti-juridica e



anti-social. Esses atos são a recusa, por preconceitos de raça e de cor:

a) de hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade;

b) de venda de mercadorias em loja de qualquer gênero ou a de atender a clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas;

c) de entrada em estabelecimento público de diversão ou esportes bem como em salões de barbearia ou cabelereiros;

d) de inscrição de aluno em estabelecimento de ensino em qualquer curso ou grau;

e) de acesso de alguém a qualquer carreira de funcionalismo público ou o serviço em qualquer ramo das forças armadas;

f) de emprego ou trabalho em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviços públicos ou empresa privada.

O projeto estabelece uma nova classe de contravenções. Estas podem ser criadas livremente pelo legislador sempre que as necessidades sociais ou políticas o exigirem. Na lei atual as contravenções em espécie são as que expressamente se referem: à pessoa; ao patrimônio; à incolumidade pública; à paz pública; à fé pública; à organização do trabalho; à polícia de costumes e à administração pública. Em nenhuma dessas espécies poderão ser enquadradas as que o projeto define. Poder-se-ia, talvez, com algum esforço, colocá-las na contravenção que consiste em molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável (art. 65 do Decreto-lei número 3.688, de 3 de outubro de 1941). Mas seria forçar o texto da lei ampliá-lo em tais proporções. O mais certo é colocá-las em capítulo especial, que poderia ter o seguinte título — "Das contravenções referentes aos preconceitos de raça ou de cor".

Isto, porém, é, apenas, uma questão de forma. Quanto ao fundo é certo que não só as que o projeto descrimina como quaisquer outras poderiam ser criadas pelo legislador.

Mas as que ora se vão criar não determinarão interferência indebita na vida particular do cidadão e não representarão entrave inconstitucional à liberdade de comércio?

Não. A liberdade de comércio e as relações particulares dos cidadãos não se podem exercitar em conflito com preceitos constitucionais. Tem que ser harmonizadas com os vários dispositivos da Constituição. Ora, si esta condena tudo quanto alimente preconceitos de raça ou de classe, está claro que nenhuma liberdade poderá ser exercida quando entre em choque com esse preceito. Não será permitida atividade alguma que se baseie em preconceito de raça ou de classe ou que fomente esse preconceito.

Parece-me, portanto, constitucional o novo capítulo de contravenções que o projeto estabelece. É princípio constitucional que a especificação dos direitos e garantias expressas na Carta Constitucional não exclua outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

Reconhecida a constitucionalidade do projeto temos que reconhecer, também, pelos motivos atrás expostos, a sua conveniência e oportunidade. Muito embora, em geral, as leis é que se devem amoldar aos fatos, póde acontecer que se verifique o contrário. Si os fatos andam adiante da lei ultrapassando-lhe a órbita, ocasião haverá em que a lei se deva colocar adiante dos fatos por conveniência ou utilidade social. É o que acontece em relação a este projeto. Em vez de uma revolta dos fatos contra a lei, estamos diante de uma revolta da lei contra os fatos.

Proponho, pois, ao exame desta comissão o seguinte substitutivo em que se acrescenta ao projeto a emenda apresentada pelo próprio Sr. Deputado Afonso Arinos:

#### SUBSTITUTIVO

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1.º — Constitue contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar servir, atender ou receber cliente comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo 1.º — Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Artigo 2.º — Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão estabelecimento da mesma finalidade por preconceito de raça ou de cor;

*Substituto de Justiça.*



Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros.

Artigo 3 — Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, aonde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Artigo 4 — Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabelereiros por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Artigo 5 — Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único — Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Artigo 6.º — Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira de funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Artigo 7 — Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros, no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no cargo de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Artigo 8 — Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares poderá o juiz estabelecer a pena adicional da suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Artigo 9 — Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Afranio Franco, 16 de agosto de 1950. — *Gustavo Capanema*, Presidente. — *Plínio Barreto*, Relator. — *Souza Leão*. — *Hermes Lima*. — *Carvalho Neto*. — *Gil Soares*. — *Pinheiro Machado*. — *Wellington Brandão*. — *Lameira Bittencourt*. — *Flores da Cunha*. — *Aristides Largura*. — *Afonso Arinos*. — *Carlos Valdemar*.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5624

1950

Projeto \_\_\_\_\_ pp. 1

emenda de pauta \_\_\_\_\_ pp. 3

Processo de J. X. 11 / 16.6.50 \_\_\_\_\_ pp. 2 a 6  
Oli - Barret  
em substituição \_\_\_\_\_ pp. 8

Aprovado o substitutivo de J. X. 11, passa a

Sei ar. 2 suplementar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

Nº 562-A-1950

A IMPRIMIR

Em 23/8/50

661

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça com substitutivo ~~ao projeto~~ emendada a pauta.

Impressão 253

Projeto nº 562/1950 a que se refere o parecer.

1.º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

§ 1.º Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2.º Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de cor:

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros.

Art. 3.º Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 4.º — Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabelereiros por preconceito de raça ou de cor:

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Art. 5.º Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor:

Pena — Prisão simples de três meses a um ano ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor:

Pena — Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7.º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderão o juiz estabelecer a pena adicional da suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação.

Tem copy

*[Signature]*



ção, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950 — Afonso Arinos. — Café Filho. — Gabriel Passos. — Ruy Almeida. — Negreiros Falcão. — Antônio Silva. — Gil Soares. — Carvalho Neto. — Bias Fortes. — Mota Neto. — Raul Pila. — Flores da Cunha. — José Bonifácio. — Gilberto Freyre. — Gustavo Capanema.

#### Justificação

1 — Uma das manifestações mais chocantes de desrespeito aos direitos do homem e à dignidade da pessoa humana, que ainda se pode observar na época atual, é, sem o preconceito de raça ou de cor.

2 — A tese da superioridade física e intelectual de uma raça sobre outras, cara a certos escritores do século passado, como Gobineau, encontra-se hoje, definitivamente afastada, graças às novas investigações e conclusões da Antropologia, da Sociologia e da História. Ninguém sustenta, atualmente, a sério, que a pretendida inferioridade dos negros seja devida a outras razões que não ao seu "status" social, e que a influência política, por vezes considerada nefasta, dos judeus, tenha outra causa senão o isolamento político e a perseguição racial que há milênios atormentam esta velha nação.

3 — No Brasil, cientistas e escritores eminentes têm contribuído para o esclarecimento, em plano mundial, dos erros e injustiças decorrentes dos preconceitos de raça. Povo em grande parte mestiço, país de imigração, onde, além do mais, ainda existem selvícolas, é natural que os estudos de Antropologia Cultural e de Sociologia Racial se tenha desenvolvido consideravelmente.

4 — Urge, porém, que o Poder Legislativo adote as medidas convenientes, para que as conclusões científicas tenham adequada aplicação na política do Governo. As disposições da Constituição Federal e os preceitos dos acordos internacionais de que participamos, referentes ao assunto, ficarão como simples declarações platônicas se a lei ordinária não lhe vier dar forças de regra obrigatória de direito.

5 — Por mais que se proclame a inexistência, entre nós, do preconceito de raça, a verdade é que ele existe,

e com perigosa tendência a se ampliar.

A Constituição Federal, afirma que todos são iguais perante a lei (artigo 141, § 1.º); veda à União, aos Estados e aos Municípios criar distinções entre brasileiros, (art. 31 n.º 7); proíbe a propaganda de preconceitos de raça ou de cor (art. 141 n.º 5); e declara que os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, (artigo 184).

No entanto é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros; que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos de oficiais e que outras restrições existem, em vários setores da administração.

6 — Quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de odiosa discriminação, vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proibam a entrada de negros nos seus recintos.

7 — Urge pôr paradeiro a tal estado de coisas, cuja agravação contribuirá para que se estabeleça, entre nós, uma verdadeira luta de raças, terrível problema em que se debatem desde a Independência os Estados Unidos da América, sem encontrar solução, apesar de todas as medidas tomadas a respeito, inclusive reformas da Constituição. Pode-se, mesmo, assegurar que a questão do negro nos Estados Unidos, graças à formidável influência internacional deste país, passou a ser um grave problema mundial da democracia.

8 — Estamos muito em tempo para corrigir, por meio de uma sábia política legislativa, os malefícios do preconceito de raça ou de cor que começa a tomar corpo entre nós, apesar das defesas constitucionais. Na verdade, não se considera, hoje, mais, a lei apenas como expressão de uma necessidade coletiva, ou, (segundo opinava a chamada Escola Histórica do Direito), como a fixação jurídica da evolução histórica de determinado povo. A lei é hoje, muitas vezes, um eficaz instrumento de antecipação e de orientação da evolução social, promovido pela razão moral e pelo imponente sentimento da Justiça. Nesses termos é que propomos a adoção do projeto para que a lei dele decorrente sirva como instrumento de transformação da mentalidade racista que se de-



c63

nuncia entre nós, principalmente nas altas esferas sociais e governativas de país, com seguras e graves consequências para a paz social futura.

9 — Não creio seja necessário entender-me demasiado nesta justificação. As rápidas considerações que precedem são suficientes.

O Brasil inscreveu no texto da sua maior lei a repulsa ao preconceito de raça. As Nações Unidas, de que fazemos parte, adotaram idêntica atitude tanto no art. 16 da "Declaração Universal dos Direitos do Homem", aprovada pela Assembléia Geral daquele organismo na sessão de 10 de dezembro de 1948, quanto em diversos arti-

gos da sua Carta, nos quais se assegura a todos os homens o gozo dos direitos e liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.

Nada justifica, pois, que contiemos disfarçadamente a fechar os olhos à prática de atos injustos de discriminação racial que a ciência condena, a justiça repele, a Constituição proíbe, e que podem conduzir a monstrosidade como os "pogrooms" hitleristas ou a situações insolúveis como a da grande massa negra norte-americana.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1950. — Afonso Arinos. — Ruy Almeida.



Emenda de Junta a que  
se refere o Anexo.

564  
Comissão dos Deputados



Assinado  
23/3/53

Projeto 562, de 1950  
Emenda

Desresceit - e, imodificamente outa do  
at. 70:

Art. - "Logo suposto in talabla a alguns  
em supposito, no modo de exatidão unita,  
supposita cancelamento de artigo punitivo in  
supposita punitiva, por punitivo de repro in de  
car."

Leia - "Nas supposita de lei mesa a um  
ano e multa de punitiva a cinco unit cu-  
punitiva, in con de exatidão punitiva, punitiva do  
conso para o punitivo punitiva, in con  
de supposita punitiva de exatidão unita  
in supposita punitiva de lei punitiva."

S. S. de VII. 550

Assinado  
23/3/53

Inte-re de supposito a punitiva do  
punitiva in fine punitiva de exatidão  
punitiva e punitiva. A punitiva punitiva  
uma lacuna de lei in una exatidão punitiva  
punitiva.

Assinado  
20. VII. 550



CLB

A legislação brasileira não admite desigualdade entre os habitantes do país, por motivos de raça ou de cor. Pretos ou brancos, todos possuem direitos identicos aos cargos publicos. Nos postos de representação ou aos postos de governo é possível ter acesso qualquer brasileiro de cor. Entretanto, na realidade, existem, ainda, em certas camadas sociais, preconceitos contra os negros e, mesmo, contra os mulatos. Si está franqueado a todos o acesso ás funções publicas, nem a todos se acha franqueado o acesso a certos círculos sociais. O negro ainda é, para muita gente, um ser inferior, indigno de se acotovelar com o branco e de lhe disputar, na sociedade, a consideração de seus semelhantes.

Como combater esse preconceito si ele é contrario ás leis do país, não se afina com os sentimentos cristãos da maioria do povo e não se ajusta á cultura de uma nação civilisada? Porque desdenhar o preto e o mulato só por causa da cor quando o indio, tambem, não é branco e povos ha, como os japonezes, os chinezes e outros, que não se distinguem pela alvura da pele e, no entanto, são bem recebidos pelos brasileiros que se supõem de uma brancura imaculada? É uma injustiça cruel. Porque se exalta ao preto o que se não recusa ao indio quando a cultura daquale é superior á deste? Porque se exalta o indigena e se despreza o africano quando maiores são neste as riquezas do coração? Si cultural e sentimentalmente o preto está colocado acima do indio porque nos havemos de comprazer com a convivência deste e nos orgulhar de sua ascendência em quanto voltamos as costas ao preto e consideramos uma injuria nos suporem, nos velar, algumas gotas do seu sangue?



O preto, o índio e o português concorreram para a formação do nosso povo . Queiramos ou não, temos que os considerar a todos nossos antepassados . Raros os que descendemos diretamente, sem mescla de outros sangues, da forte raça lusitana . Os que não têm globulos de sangue indio, quasi sempre os tem de sangue africano . A herança africana é das que não podem ser recebidas a beneficio de inventario . Temos que aceita-la com os seus onus e com as suas vantagens, integralmente, sem possibilidade de renunciar a qualquer das suas parcelas . Biologica e historicamente o negro é parte essencial do nosso povo . Seja um bem, seja um mal, seja uma coisa que nos orgulhe ou seja uma coisa que nos deprima, é essa a realidade . Os preconceitos contra o negro não se explicam, portanto, por qualquer superioridade da parte dos brancos . Antes denotam inferioridade .

Mais louvavel seria o nosso procedimento si, admitindo a realidade, como ella é, cogitássemos de elevar o nivel moral e intellectual do preto para que elle pudesse mover-se desembaraçadamente no mesmo plano social em que nos movemos . O motivo primordial do desprezo que lhe votamos, venha da escravidão ou venha de outra origem, não depõe a favor nem da nossa intelligencia, nem da nossa formação moral . A escravidão desapareceu ha mais de sessenta annos e dela não são culpados os pretos . Dela, nós os brancos é que nos temos de envergonhar, e não os pretos . Não foram estes que partiram das terras longinquoas da Africa para virem á America entregar-se aos ferros dos senhores . Foram os brancos que se dirigiram ás regiões africanas para, mediante os processos mais condemnaveis, se apropriar do preto e trazer-lo á força, no porão sem ar de navios infectos, ás praias americanas afim de lhe explorar em trabalhos extenuantes as esplendidas energias . Despresar o negro pelo mal que lhe fizemos é uma dessas



atrocidades revoltantes de que, aliás, está cheia a historia da humanidade, que é a mais deshumana das historias .

Não nos devemos esquecer de que a nossa crueldade nunca chegou a contaminar os pretos, o que fala em favor deles e em detrimento nosso . A escravidão correu sem grandes levantes por parte dos escravizados e, quando abolida, não se soube de vinganças terríveis praticadas pelas suas victimas contra os que as fizeram padecer. A doce afetividade da raça, que se traduzia em multiplas dedicações dos pobres escravos aos senhores poderosos, não lhes permitiu que tirassem qualquer desforra do que sofreram fazendo tambem sofrer os que os maltrataram . Tudo isso devia pesar no animo dos brasileiros, em ancias de alvura epidermica para leva-los a dispensar ao preto um pouco de carinho . Si entre os pretos muitos ha verdadeiramente bo-  
gaes, capazes dos crimes mais horripilantes, o mesmo acontece entre os brancos . Uns e outros, portadores das mesmas taras, mostram-se, igualmente, indignos da condição humana .

Si o preto ainda ocupa lugar inferior na escala social é, principalmente, porque ainda não pôde receber, nas escolas, a educação a que tem direito . Os que tiveram meios de cultivar o espirito e destacar-se em todos os ramos de actividade intellectual, desde ás mais artisticas até ás mais praticas, os seus nomes ficaram a <sup>sua</sup> ver aos brancos . As cintilações da intelligencia tem sido tão vivas como as cintilações da intelligencia dos brancos . Mesmo as falhas de carater, que se apontam como uma das constantes dos mestiços, não os coloca em plano diverso dos brancos, pois que entre estes aquellas falhas são tambem frequentes . A mestiçagem moral é, talvez, maior no Brasil, do que a mestiçagem racial . Titulos não possui o nosso homem branco para se apresentar como o tipo do homem puro . O orgulho racial é uma das suas ridicularias mais censuradas e mais divertidas .



das . Não se explica pela ignorancia . Não o ostenta quem conhece a historia do Brasil e traz na memoria o nome dos mestiços que, desde o Imperio até os nossos dias, se distinguiram pelas qualidades morais e pelo vigor intellectual .

Tudo isto, porém, não determinará a abolição do preconceito contra o preto . Esse preconceito só desaparecerá quando se apagarem as reminiscencias da escravidão, a massa dos homens de cor adquirir a instrução de que, presentemente, carece e o branco tiver aberto, no espirito, amplas janelas que o arjem e, atravez das quais, penetrem, em fortes lufadas, as doutrinas sociais inspiradas pela igualdade dos homens e alimentadas pelo sentimento cristão . Enquanto o branco mantiver a supremacia economica, que lhe veio dos antigos senhores de escravos, e os pretos continuarem, pela escassez de recursos, a constituir as classes mais pobres, os preconceitos persistirão . Não haverá leis que os destruam . Nunca houve lei alguma que pudesse desarraigir sentimentos profundos e fixos da mentalidade de um povo . Mas isso não impede que, por meio de leis adequadas, se elimine algumas das manifestações publicas desse preconceito . Foi por assim entender que o sr. deputado Afonso Arinos apresentou o projeto nº 562 de 1950 criando crimes novos de contravenção penal e punindo certos atos que denunciavam aquele preconceito de forma anti-juridica e anti-social . Esses atos são e serão, por preconceitos de raça e de cor :

a) de hospedagem de hotel, pensão, artilagem ou estabelecimento da mesma finalidade ;

b) de venda de mercadorias em loja de qualquer gênero ou a de atender a clientes de restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao publico, onde se sirvam alimentos,

bebidas refrigerantes e quinquilharias



6695 -

bebidas, refrigerantes e guloseimas ;

c) de entrada em estabelecimento publico de diversão ou esportes bem como em salões de barbearia ou cabeleiros ;

d) de inscrição de aluno em estabelecimento de ensino em qualquer curso ou grau ;

e) de acesso de alguma a qualquer carreira de funcionalismo publico ou o serviço em qualquer ramo das forças armadas ;

f) de emprego ou trabalho em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviços publicos ou empresa privada .

O projeto estabelece uma nova classe de contravenções. Estas podem ser criadas livremente pelo legislador sempre que as necessidades sociais ou politicas o exigirem. A lei atual as contravenções as descreve nas que expressamente referem-se pessoa ; ao patrimonio ; à comunidade publico ; à paz publico ; à saúde publico ; à organização do trabalho ; à policia de costumes e à administração publica . Em nenhuma dessas especies poderão ser enquadadas as que o projeto define . Poder-se-ia, talvez, com algum esforço, colocá-las na contravenção que consiste em perturbar, agitar ou perturbar-lhe a tranquillidade, por acinte ou por motivo reprovavel (art. 65 do decreto lei 3.688 de 3 de outubro de 1941) . Mas seria forçar o texto da lei amplia-lo em tais proporções . É mais certo é coloca-las em capitulo especial, que poderia ter o seguinte titulo - "Das contravenções referentes aos preconceitos de raça ou de cor ." .

Isto, porém, é, apenas, uma questão de forma . Quanto ao fundo é certo que não só as que o projeto descreve como quaisquer outras poderiam ser criadas pelo legislador .

Mas as que ora se vão criar não determinarão inter-



270

ferencia indebita na vida particular do cidadão e não representarão entrave inconstitucional á liberdade de commercio ?

Não . A liberdade de commercio e as relações particulares dos cidadãos não se podem exercitar em conflito com preceitos constitucionais . Tem que ser harmonisadas com os varios dispositivos da Constituição . Ora, si esta condena tudo quanto alimente preconceitos de raça ou de classe, está claro que nenhuma liberdade poderá ser exercida quando entre em choque com esse preceito . Não será permitida actividade alguma que se baseie em preconceito de raça ou de classe ou que fomente esse preconceito .

Parece-me, portanto, constitucional o novo capitulo de contravenções que o projeto estabelece . E' principio constitucional <sup>a</sup> que especificação dos direitos e garantias expressas na Carta Constitucional não exclue outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos principios que ella adota .

Aconhecida a constitucionalidade do projeto temos que reconhecer, tambem, pelos motivos atraz expostos, a sua conveniencia e oportunidade . Muito embora, em regra geral, as leis é que se devem amoldar aos fatos, pôde acontecer, ás vezes, que se verifique o contrario . Si os fatos andam adiante da lei, ultrapassando-lhe a órbita, ocasião haverá em que a lei se deya collocar adiante dos fatos, por conveniencia ou utilidade social . E' o que acontece em relação a este projeto . Em vez de uma revolta dos fatos contra a lei, estamos deante de uma revolta da lei contra os fatos .

Proponho, pois, ao exame desta comissão o seguinte substitutivo em que se acrescenta ao projeto emenda apresentada pelo proprio sr. deputado Afonso Arinos :

Substitutivo



271

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º - Constitue contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor .

Parag. 1º - Será considerado agente de contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento .

Art. 2º - Recusar a alguma hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento de esta finalidade, por preconceito de raça ou de cor ;

Pena - Prisão simples de três meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros .

Art. 3 - Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor .

Pena - Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros .

Art. 4 - Recusar entrada em estabelecimento público de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor :

Pena - Prisão simples de quinze dias a três meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros .

Art. 5 - Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor .

Pena - Prisão simples de três meses a um ano ou



CTL

multa de quinhentos a cinco mil cruzzeiros .

Parag. unico - Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquerito regular .

Art. 6º - Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionalismo publico ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor .

Pena : - Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquerito regular, para o funcionario dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos .

Art. 7 - Negar emprego ou trabalho a alguém em empresa, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço publico ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor ;

Pena : - Prisão simples de tres meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzzeiros, no caso de empresa privada ; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionaria de serviço publico .

Art. 8 - Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz estabelecer a pena adicional da suspensão do funcionamento, por prazo não superior a tres meses .

Art. 9 - Esta lei entrará em vigor quinze dias depois de sua publicação, revogadas as disposições em contrario .

Sl. Hym. Cunha Fygas, 16 - out - 1977

Luiza L. S. O.  
Henrique L. S. O.

Gustavo Capamun, presidente

Arualdo de Faria, relator





273

Pilbonet

Pinheiro Machado

Wellington Brandão

Lameira Bittencourt

Flores da Cunha

Ararique

Carlos Waldemar

Júlio César Capanema, Presidente

Plínio Barreto, Relator

Pauza Leão

Hermes Lima

Carvalho Neto

Gil Soares

Pinheiro Machado

Wellington Brandão

Lameira Bittencourt

Flores da Cunha

Aristides Lages

Afonso Arinos

Carlos Waldemar



RELATÓRIO

A legislação brasileira não admite desigualdade entre os habitantes do país, por motivos de raça ou de cor. Pretos ou brancos, todos possuem direitos identicos aos cargos publicos. Nos postos de representação ou aos postos de governo é possível ter acesso qualquer brasileiro de cor. Entretanto, na realidade, existem, ainda, em certas camadas sociais, preconceitos contra os negros e, mesmo, contra os mulatos. Si está franqueado a todos o acesso ás funções publicas, nem a todos se acha franqueado o acesso a certos círculos sociais. O negro ainda é, para muita gente, um ser inferior, indigno de se acovelar com o branco e de lhe disputar, na sociedade, a consideração de seus semelhantes.

Como combater esse preconceito si ele é contrario ás leis do país, não se afina com os sentimentos cristãos da maioria do povo e não se ajusta á cultura de uma nação civilisada? Porque desdenhar o preto e o mulato só por causa da cor quando o indio, também, não é branco e povos ha, como os japonezes, os chinezes e outros, que não se distinguem pela alvura da pele e, no entanto, são bem recebidos pelos brasileiros que se supõem de uma brancura immaculada? É uma injustiça cruel. Porque se nega ao preto o que se não recusa ao indio quando a cultura daquele é superior á deste? Porque se exalta o indígena e se despreza o africano quando maiores são neste as riquezas do coração? Si cultural e sentimentalmente o preto está colocado acima do indio porque nos havemos de comprazer com a convivência deste e nos orgulhar da sua ascendência em quanto voltamos as costas ao preto e consideramos uma injuria nos suporem, nas veias, algumas gotas do seu sangue?



O preto, o índio e o português concorreram para a formação do nosso povo . Queiramos ou não, temos que os considerar a todos nossos antepassados . Muitos os que descendemos diretamente, sem mescla de outros sangues, da forte raça lusitana . Os que não têm globulos de sangue índio quasi sempre os tem de sangue africano . A herança africana é das que não podem ser recebidas a beneficio de inventario . Temos que aceita-la com os seus onus e com as suas vantagens, integralmente, sem possibilidade de renunciar a qualquer das suas parcelas . Biologica e historicamente o negro é parte essencial do nosso povo . Seja um bem, seja um mal, seja uma coisa que nos orgulhe ou seja uma coisa que nos deprima, é essa a realidade . Os preconceitos contra o negro não se explicam, portanto, por qualquer superioridade da parte dos brancos . Antes denotam inferioridade .

Mais louvavel seria o nosso procedimento si, aceitando a realidade, como ela é, cogitássemos de elevar o nivel moral e intelectual do preto para que ele pudesse mover-se desembaraçadamente no mesmo plano social em que nos movemos . O motivo primordial do desprezo que lhe votamos, venha da escravidão ou venha de outra origem, não depõe a favor nem da nossa intelligencia, nem da nossa formação moral . A escravidão desapareceu ha mais de sessenta anos e dela não são culpados os pretos . Dela, nós os brancos é que nos temos de envergonhar, e não os pretos . Não foram estes que partiram das terras longinquoas da Africa para virem á America entregar-se aos ferros dos senhores . Foram os brancos que se dirigiram ás regiões africanas para, mediante os processos mais condenaveis, se apropriar do preto e traze-lo á força, no porão sem ar de navios infectos, ás praias americanas afim de lhe explorar em trabalhos extenuantes as esplendidas energias . Desprezar o negro pelo mal que lhe fizemos é uma dessas



atrocidades revoltantes de que, aliás, está cheia a historia da humanidade e, que é a mais deshumana das historias .

Não nos devemos esquecer de que a nossa crueldade nunca chegou a contaminar os pretos, o que fala em favor deles e em detrimento nosso . A escravidão correu sem grandes levantes por parte dos escravizados e, quando abolida, não se soube de vinganças terríveis praticadas pelas suas victimas contra os que as fizeram padecer . A doce afetividade da raça, que se traduziu em multiplas dedicações dos pobres escravos aos senhores poderosos, não lhes permitiu que tirassem qualquer desforra do que sofreram fazendo tambem sofrer os que os maltrataram . Tudo isso devia pesar no animo dos brasileiros, em aneias de alvura epidermica para leva-los a dispensar ao preto um pouco de carinho . Si entre os pretos muitos ha verdadeiramente boçais, capazes dos crimes mais horripilantes, o mesmo acontece entre os brancos . Uns e outros, portadores das mesmas taras, mostram-se, igualmente, indignos da condição humana .

Si o preto ainda ocupa lugar inferior na escala social é, principalmente, porque ainda não pôde receber, nas escolas, a educação a que tem direito . Os que tiveram meios de cultivar o espirito e destacar-se em todos os ramos de actividade intellectual, desde ás mais artisticas até ás mais praticas, esses nada ficaram a dever aos brancos . As cintilações da intelligencia tem sido tão vivas como as cintilações da intelligencia dos brancos . Mesmo as falhas de carater, que se apontam como uma das constantes dos mestiços, não os coloca em plano diverso dos brancos, pois que entre estes aquelas falhas são tambem frequentes . A mestiçagem moral é, talvez, maior no Brasil, do que a mestiçagem racial . Titulos não possue o nosso homem branco para se apresentar como o tipo do homem puro . O orgulho racial é uma das suas ridicularias mais tenazes e mais divertidas .



das . Só se explica pela ignorancia . Não o ostenta quem conhece a historia do Brasil e traz na memoria o nome dos mestigos que, desde o Imperio até os nossos dias, se distinguiram pelas qualidades morais e pelo vigor intellectual .

Tudo isto, porém, não determinará a abolição do preconceito contra o preto . Esse preconceito só desaparecerá quando se apagarem as reminiscencias da escravidão, a massa dos homens de cor adquirir a instrução de que, presentemente, carece e o branco tiver aberto, no espirito, amplas janelas que o arejem e, atravez das quais, penetrem, em fortes lufadas, as doutrinas sociais inspiradas pela igualdade dos homens e alimentadas pelo sentimento cristão . Enquanto o branco mantiver a supremacia economica, que lhe veio dos antigos senhores de escravos, e os pretos continuarem, pela escassez de recursos, a constituir as classes mais pobres, os preconceitos persistirão . Não haverá leis que os destruam . Nunca houve lei alguma que pudesse desarraigar sentimentos profundos e trocar a mentalidade de um povo . Mas isso não impede que, por meio de leis adequadas, se eliminem algumas das manifestações publicas desse preconceito . Foi por assim entender que o sr. deputado Afonso Arinos apresentou o projeto nº 562 de 1950 criando casos novos de contravenção penal e punindo certos atos que denunciavam aquele preconceito de forma anti-juridica e anti-social . Esses atos são a recusa, por preconceitos de raça e de cor :

a) de hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade ;

b) de venda de mercadorias em loja de qualquer gênero ou a de atender a clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao publico, onde se sirvam alimentos,



bebidas, refrigerantes e guloseimas ;

c) de entrada em estabelecimento publico de diversão ou esportes bem como em salões de barbearia ou cabelereiros ;

d) de inscrição de aluno em estabelecimento de ensino em qualquer curso ou grau ;

e) de acesso de alguém a qualquer carreira de funcionalismo publico ou o serviço em qualquer ramo das forças armadas ;

f) de emprego ou trabalho em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionaria de serviços publicos ou empresa privada .

O projeto estabelece uma nova classe de contravenções. Estas podem ser creadas livremente pelo legislador sempre que as necessidades sociais ou politicas o exigirem . Na lei atual as contravenções em especie são as que expressamente <sup>se</sup> referem: á pessoa ; ao patrimonio ; á incolumidade publica ; á paz publica ; á fé publica ; á organização do trabalho ; á policia de costumes e á administração publica . Em nenhuma dessas especies poderão ser enquadradas as que o projeto define . Poder-se-ia, talvez, com algum esforço, colocá-las na contravenção que consiste em molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquillidade, por acinte ou por motivo reprovavel (art. 65 do decreto lei 3.688 de 3 de outubro de 1941) . Mas seria forçar o texto da lei amplia-lo em tais proporções . O mais certo é colocá-las em capitulo especial, que poderia ter o seguinte titulo - "Das contravenções referentes aos preconceitos de raça ou de côr ." .

Isto, porém, é, apenas, uma questão de forma . Quanto ao fundo é certo que não só as que o projeto descrimina como quaisquer outras poderiam ser creadas pelo legislador .

Mas as que ora se vão crear não determinarão inter-



ferencia indebita na vida particular do cidadão e não representarão entrave inconstitucional á liberdade de commercio ?

Não . A liberdade de commercio e as relações particulares dos cidadãos não se podem exercitar em conflito com preceitos constitucionais . Tem que ser harmonisadas com os varios dispositivos da Constituição . Ora, si esta condena tudo quanto alimente preconceitos de raça ou de classe, está claro que nenhuma liberdade poderá ser exercida quando entre em choque com esse preceito . Não será permitida actividade alguma que se baseie em preconceito de raça ou de classe ou que fomente esse preconceito .

Parece-me, portanto, constitucional o novo capitulo de contravenções que o projeto estabelece . E' principio constitucional <sup>a</sup> que especificação dos direitos e garantias expressas na Carta Constitucional não exclue outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos principios que ela adota .

Reconhecida a constitucionalidade do projeto temos que reconhecer, tambem, pelos motivos atraz expostos, a sua conveniencia e oportunidade . Muito embora, em regra geral, as leis é que se devem amoldar aos fatos, pôde acontecer, ás vezes, que se verifique o contrario . Si os fatos andam adiante da lei, ultrapassando-lhe a órbita, ocasião haverá em que a lei se deva colocar adiante dos fatos, por conveniencia ou utilidade social . E' o que acontece em relação a este projeto . Em vez de uma revolta dos fatos contra a lei, estamos deante de uma revolta da lei contra os fatos .

Proponho, pois, ao exame desta comissão o seguinte substitutivo em que se acrescenta ao projeto emenda apresentada pelo proprio sr. deputado Afonso Arinos :

Substitutivo



O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º - Constitue contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr .

Parag. 1º - Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento .

Art. 2º - Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr ;

Pena - Prisão simples de tres meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros .

Art. 3 - Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer genero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao publico, aonde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr .

Pena - Prisão simples de quinze dias a tres meses ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros .

Art. 4 - Recusar entrada em estabelecimento publico de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabelereiros por preconceito de raça ou de côr :

Pena - Prisão simples de quinze dias a tres meses, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros .

Art. 5 - Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr .

Pena - Prisão simples de tres meses a um ano ou



multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros .

Parag. unico - Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquerito regular .

Art. 6º - Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionalismo publico ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr .

Pena : - Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquerito regular, para o funcionario dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos .

Art. 7 - Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionaria de serviço publico ou empresa privada, por preconceito de raça ou de côr ;

Pena : - Prisão simples de tres meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros, no caso de empresa privada ; perda do cargo para o responsavel pela recusa, no cargo de autarquiz, sociedade de economia mista e empresa concessionaria de serviço publico .

Art. 8 - Nos casos de reincidencia, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz estabelecer a pena adicional da suspensão do funcionamento, por prazo não superior a tres meses .

Art. 9 - Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrario .

*Soln. Apun. M. F. M., 16 apr 1975*

*Ph. Favre, rel. L. T.*



## RELATÓRIO

A legislação brasileira não admite desigualdade entre os habitantes do paiz, por motivos de raça ou de côr . Pretos ou brancos, todos possuem direitos identicos aos cargos publicos, aos postos de representação ou nos postos de governo é possível ter acesso qualquer brasileiro de côr . Entretanto, na realidade, existem, ainda, em certas camadas sociais, preconceitos contra os negros e, mesmo, contra os mulatos . Si está franqueado a todos o ~~acesso~~ acesso ás funções publicas, nem a todos se acha franqueado o acesso a certos círculos sociais . O negro ainda é, para muita gente, um ser inferior, indigno de se acotovelar com o branco e de lhe disputar, na sociedade, a consideração de seus semelhantes .

Como combater esse preconceito si ele é contrario ás leis do paiz, não se afina com os sentimentos cristãos da maioria do povo e não se ajusta á cultura de uma nação civilisada ? Porque denhar o preto e o mulato só por causa da côr quando o indio, tambem, não é branco e povos ha, como os japonezes, os chinezes e outros, que não se distinguem pela alvura da pele e, no entanto, são bem recebidos pelos brasileiros que se supõem de uma brancura imaculada ? E' uma injustiça cruel . Porque se nega ao preto o que se não recusa ao indio quando a cultura daquele é superior á deste ? Porque se exalta o indígena e se despreza o africana quando maiores são neste as riquezas do coração ? Si cultural e sentimentalmente o preto está colocado acima do indio porque nos havemos de comprazer com a convivência deste e nos orgulhar da sua ascendencia em quanto voltamos as costas ao preto e consideramos uma injuria nos suporem, nas veias, algumas gotas do seu sangue ?



O preto, o indio e o portuguez concorreram para a formação do nosso povo . Queiramos ou não, temos que os considerar a todos nossos antepassados . Aaros os que descendemos directamente, sem mescla de outros sangues, da forte raça luzitana . Os que não têm globulos de sangue indio, quasi sempre, os tem de sangue africano . A herança africana é das que não podem ser recebidas a beneficio de inventario . Temos que aceita-la com os seus onus e com as suas vantagens, integralmente, sem possibilidade de renunciar a qualquer das suas parcelas . Biologica e historicamente o negro é parte essencial do nosso povo . Seja um bem, seja um mal, seja uma cousa que nos orgulhe ou seja uma cousa que nos deprima, é essa a realidade . Os preconceitos contra o negro não se explicam, portanto, por qualquer superioridade da parte dos brancos . Antes denotam inferioridade .

Mais louvavel seria o nosso procedimento si, accettando a realidade, como ella é, cogitássemos de elevar o nivel moral e intellectual do preto para que elle pudesse mover-se desembaraçadamente no mesmo plano social em que nos movemos . O motivo primordial do desprezo que lhe votamos, venha da escravidão ou venha de outra origem, não depõe a favor nem da nossa intelligencia, nem da nossa formação moral . A escravidão desapareceu ha mais de sessenta annos e dela não são culpados os pretos . Dela, nós os brancos é que nos temos de envergonhar, e não os pretos . Não foram estes que partiram das terras longinquoas da Africa para virem á America entregar-se aos ferros dos senhores . Foram os brancos que se dirigiram ás regiões africanas para, mediante os processos mais condenaveis, se apropriar do preto e trazer-lo á força, no porão sem ar de navios infectos ás praias americanas afim de lhe explorar em trabalhos extenuantes as energias . Despresar o negro pelo mal que lhe fizemos é uma dessas



atrocidades revoltantes de que, aliás, está cheia a história da humanidade e, que é a mais desumana das histórias .

Não nos devemos esquecer de que a nossa crueldade nunca chegou a contaminar os pretos, o que fala em favor deles e em detrimento nosso . A escravidão correu sem grandes levantes por parte dos escravizados e, quando abolida, não se soube de vinganças terríveis praticadas pelas suas vítimas contra os que as fizeram padecer . A doce afetividade da raça, que se traduziu em múltiplas dedicações dos pobres escravos aos senhores poderosos, não lhes permitiu que tirassem qualquer desforra do que sofreram, fazendo também sofrer os que os maltrataram . Isso devia pesar no animo dos brasileiros, em ancias de alvura epidêmica para leva-los a dispensar ao preto um pouco de carinho . Si entre os pretos muitos ha verdadeiramente bo-  
- çais, capazes dos crimes mais horripilantes, o mesmo acontece entre os brancos . Uns e outros, portadores das mesmas taras, mostram-se, igualmente, indignos da condição humana .

Si o preto ainda ocupa lugar inferior na escala social é, principalmente, porque ainda não pôde receber, nas escolas, a educação a que tem direito . Os que tiveram meios de cultivar o espirito e destacar-se em todos os ramos de actividades intellectual, desde ás mais artisticas até ás mais praticas, esses não ficaram a dever aos brancos . As cintilações da <sup>sua</sup> intelligencia tem sido tão vivas como as cintilações da intelligencia dos brancos . Mesmo as falhas de caracter, que se apontam como uma das constantes dos negros, não os coloca em plano diverso dos brancos, pois que entre estes aquelas falhas são também frequentes . A mesquice moral é, talvez, maior no Brasil, do que a mesquice racial . Titulos não possui o nosso homem branco para se apresentar como o tipo do homem puro . O orgulho racial é uma das suas ridicularias mais senazes e mais divertidas



das . Só se explica pela ignorancia . Não o ostenta quem conhece a historia do Brasil e traz na memoria o nome dos mestigos que, desde o Imperio até os nossos dias, se distinguiram pelas qualidades morais e pelo vigor intellectual .

Tudo isto, porém, não determinará a abolição do preconceito contra o preto . Esse preconceito só desaparecerá quando se apagarem as reminiscencias da escravidão, a massa dos homens de cor adquirir a instrução de que, presentemente, carece e o branco tiver aberto, no espirito, amplas janelas que o arjem e, atravez das quais, penetrem, em fortes lufadas, as doutrinas sociais inspiradas pela igualdade dos homens e alimentadas pelo sentimento cristão . Enquanto o branco mantiver a supremacia economica, que lhe veio dos antigos senhores dos escravos, e os pretos continuarem, pela escassez de recursos, a constituir as fileiras dos mais pobres, os preconceitos persistirão . Não haverá leis que os destruam . Nunca houve lei alguma que pudesse desarraigar sentimentos profundos e trocar a mentalidade de um povo . Mas isso não impede que, por meio de leis adequadas, se eliminem algumas das manifestações publicas desse preconceito . Foi por assim entender que o sr. deputado Afonso Arinos apresentou o projeto nº 562 de 1950 criando casos novos de contravenção penal e punindo certos atos que denunciavam aquelle preconceito de forma anti-juridica e anti-social . Esses atos são a recusa, por preconceitos de raça e de cor :

a) de hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade ;

b) de venda de mercadorias em loja de qualquer genero ou a de atender a clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao publico, onde se sirvam alimentos,



bebidas, refrigerantes e guloseimas ;

c) de entrada em estabelecimento publico de diversão ou esportes bem como em salões de barbearia ou cabelereiros ;

d) de inscrição de aluno em estabelecimento de ensino em qualquer curso ou grau ;

e) de acesso de alguém a qualquer carreira de funcionalismo publico ou o serviço em qualquer ramo das forças armadas ;

f) de emprego ou trabalho em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionaria de serviços publicos ou empresa privada .

O projeto estabelece uma nova classe de contravenções. Estas podem ser creadas livremente pelo legislador sempre que as necessidades sociais ou politicas o exigirem . Na lei atual as contravenções em especie são as que expressamente <sup>se</sup> referem á pessoa ; ao patrimonio ; á incolumidade publica ; á paz publica ; á fé publica ; á organização do trabalho ; á policia de costumes e á administração publica . Em nenhuma dessas especies poderão ser enquadradas as que o projeto define . Poder-se-ia, talvez, com algum esforço, colocá-las na contravenção que consiste em molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquillidade, por acinte ou por motivo reprovavel (art. 65 do decreto lei 3.688 de 3 de outubro de 1941) . Mas seria forçar o texto da lei amplia-lo em tais proporções . O mais certo é colocá-las em capitulo especial, que poderia ter o seguinte titulo - "Das contravenções referentes aos preconceitos de raça ou de côr ." .

Isto, porém, é, apenas, uma questão de forma . Quanto ao fundo é certo que não só as que o projeto descrimina como quaisquer outras poderiam ser creadas pelo legislador .

Mas as que ora se vão crear não ~~constituirão~~ <sup>serão</sup> inter-



ferencia indebita na vida particular do cidadão e não <sup>representar a</sup> ~~constituição~~  
entreve inconstitucional á liberdade de commercio ?

Não . A liberdade de commercio e as relações particulares dos cidadãos não se podem exercitar em conflito com preceitos constitucionais . Tem que ser harmonisadas com os varios dispositivos da Constituição . Ora, si esta condena tudo quanto alimente preconceitos de raça ou de classe, está claro que nenhuma liberdade poderá ser exercida quando entre em choque com esse preceito . Não será permitida actividade alguma que se baseie em preconceito de raça ou de classe ou que fomente esse preconceito .

Parece-me, portanto, constitucional o novo capitulo de contravenções que o projeto estabelece . E' principio constitucional que especificação dos direitos e garantias expressas na Carta Constitucional não exclue outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos principios que ella adota .

Reconhecida a constitucionalidade do projeto temos que reconhecer, tambem, pelos motivos atraz expostos, a sua conveniencia e oportunidade . Muito embora, em regra geral, as leis é que se devem amoldar aos fatos, pôde acontecer, ás vezes, que se verifique o contrario . Si os fatos andam adiante da lei, ultrapassando-lhe a órbita, occasião haverá em que a lei se deva colocar adiante dos fatos, por conveniencia ou utilidade social . E' o que acontece em relação a este projeto . Em vez de uma revolta dos fatos contra a lei, estamos deante de uma revolta da lei contra os fatos . ~~Propon~~

Proponho, pois ao exame desta comissão o seguinte substitutivo em que se acrescenta ao projeto, emenda apresentada pelo proprio sr. deputado Afonso Arinos :

Substitutivo



O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º - Constitue contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr .

Parag. 1º - Será considerado agente da contravenção o direito, gerente ou responsável pelo estabelecimento .

Art. 2º - Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr ;

Pena - Prisão simples de tres meses a um ano e multa de cinco a vinte mil cruzeiros .

Art. 3 - Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer genero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao publico, aonde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr .

Pena - Prisão simples de quinze dias a tres mezes ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros .

Art. 4 - Recusar entrada em estabelecimento publico de diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de côr :

Pena - Prisão simples de quinze dias a tres mezes, ou multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros .

Art. 5 - Recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou gráu, por preconceito de raça ou de côr .

Pena - Prisão simples de tres meses a um ano ou



multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros .

Parag. unico - Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquerito regular .

Art. 6º - Obstar o acesso de alguém a qualquer carreira do funcionalismo publico ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr .

Pena : - Perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquerito regular, para o funcionario dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos .

Art. 7 - Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionaria de serviço publico ou empresa privada, por preconceito de raça ou de côr ;

Pena : - Prisão simples de tres meses a um ano e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros, no caso de empresa privada ; perda do cargo para o responsavel pela recusa, no cargo de autarquiz, sociedade de economia mista e empresa concessionaria de serviço publico .

Art. 8 - Nos casos de reincidencia, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz estabelecer a pena adicional da suspensão do funcionamento, por praso não superior a tres meses .

Art. 9 - Esta lei entrará em vigor quinze dias depois da sua publicação, revogadas as disposições em contrario .

*Guif. Mendes*





Em 14/XII/50

Redação final do Projeto de lei nº 562-B, de 1950, que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º. Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de \$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a \$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3º. Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses e multa de \$ 500,00 (quinhentos) a \$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º. Recusar entrada em estabelecimento público, diversão ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleiros, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses e multa de \$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a \$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5º. Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de \$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a \$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

W.





Art. 6º. Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7º. Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de \$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a \$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8º. Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9º. Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Redação, 11 de dezembro de 1950

Thomas Fontes, presidente  
interino

Maurício

João de Deus  
Maurício

Samuel Watzl

Ao Senado  
=





O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3º Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de côr. Pena:





- 2 -

prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.





- 3 -

Art. 7º. Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, ~~empresã~~ <sup>empresã</sup> concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$.. 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 16 DE JANEIRO DE 1951.





Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1951.

Nº. 71

Encaminha autógrafo  
do Projeto de Lei nº  
562-C, de 1950.

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência o incluso  
autógrafo do Projeto de Lei nº562-C, de 1950, que inclui entre as contra-  
venções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de  
côr.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelên-  
cia os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

---

MUNHOZ DA ROCHA

1º Secretário.

A Sua Excelência o Senhor Senador Georgino Avelino,  
Primeiro Secretário do Senado Federal.  
/HRP.



República dos Estados Unidos do Brasil



Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º 1971

Of. 491

DESPACHO:

em de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 582-DE 1950



# SINOPSE

Projeto N.º ..... de ..... de 19.....

Ementa: .....

Autor: .....

Discussão única .....

Discussão inicial .....

Discussão final .....

Redação final .....

Remessa ao Senado .....

Emendas do Senado aprovadas em ..... de ..... de 19.....

Sancionado em ..... de ..... de 19.....

Promulgado em ..... de ..... de 19.....

Vetado em ..... de ..... de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de ..... de ..... de 19.....



Inteirada  
9.7.951  
Imp. do Amaral



491

26 de junho de 1951

Excelentíssimo Senhor Deputado Gurgel do Amaral  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para que se digne levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados, que o Senado adotou e enviou à sanção do Excelentíssimo Senhor Presidente da República o projeto de lei dessa Câmara que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Estelino Pinto

(P.L.C. 562-C/50)



Projeto de Lei nº 21 de 1951  
da Câmara dos Deputados

COPIA

(562-C/50)

491

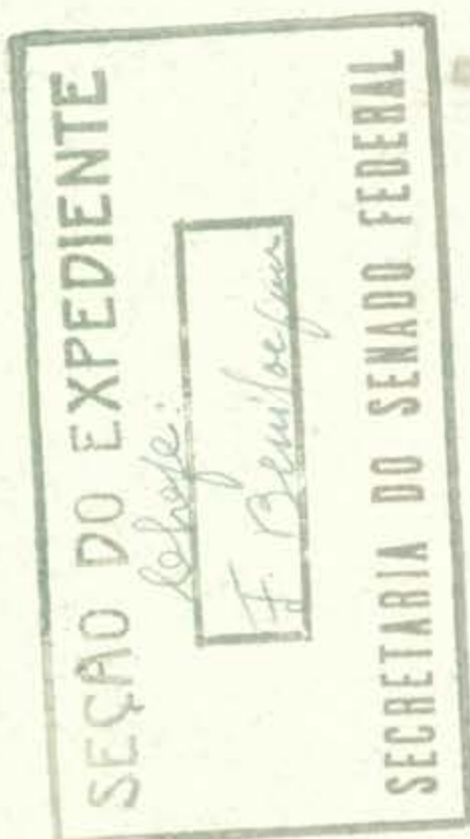
Em 26 de junho de 1951

Excelentíssimo Senhor Deputado Gurgel de Amaral  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência,  
para que se digno levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados,  
que o Senado adotou e enviou à sanção do Excelentíssimo Senhor  
Presidente da República o projeto de lei desta Câmara que in-  
clui entre as contravenções penais a prática de atos resultan-  
tes de preconceitos de raça ou de cor.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vos-  
sa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Etelvino Lins  
1.º Secretário





## OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS:.....



República dos Estados Unidos do Brasil



Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º 1567

*Of. do Senado - 616/51*

DESPACHO:

em de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 562 DE 1950



# SINOPSE

Projeto N.º ..... de ..... de ..... de 19.....

Ementa: .....

Autor: .....

Discussão única .....

Discussão inicial .....

Discussão final .....

Redação final .....

Remessa ao Senado .....

Emendas do Senado aprovadas em ..... de ..... de 19.....

Sancionado em ..... de ..... de 19.....

Promulgado em ..... de ..... de 19.....

Vetado em ..... de ..... de 19.....

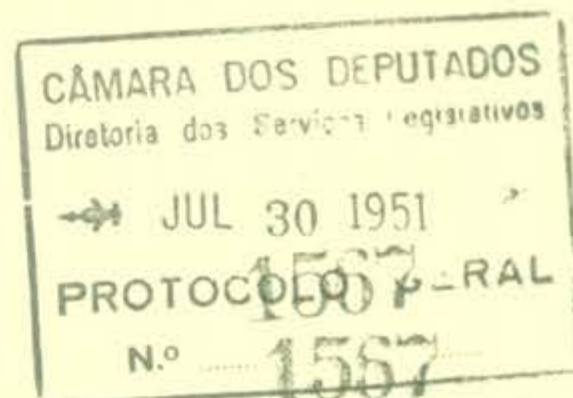
Publicado no "Diário Oficial" de ..... de ..... de 19.....



411  
INTEIRADA

23/7/1951

Luiz do Amaral



616

17 de julho de 1951

Excelentíssimo Senhor Deputado Gurgel do Amaral  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência,  
para os devidos fins, os inclusos autógrafos dos decretos do  
Congresso Nacional, sancionados pelo Excelentíssimo Senhor Pre  
sidente da República:

Proj: 562-50  
- que inclui entre as contravenções penais a prá  
tica de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr; e

1049-50  
- que autoriza a abertura, pelo Ministério da  
Viação e Obras Públicas, do crédito especial de -----  
Cr\$ 10.785.500,00, para pagamento de despesas suplementares de  
correntes da aquisição de embarcações pelo Serviço de Navega  
ção da Bacia do Prata.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa  
Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Luiz do Amaral



rias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de .... Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5º - Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6º - Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de côr. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7º - Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo



para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8º - Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 26 de junho de 1951

Alexandre de Gusmão Filho  
Othávio Lima  
Uspianus Martins



## OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS:



## OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: